

**PÁG 2** Abraceel defende liberdade de escolha, mas alguns continuam querendo manter repasse de custos ao consumidor

**PÁG 5** Reunião do Conselho: prorrogado o prazo para aderir à ação judicial da CDE

**PÁG 9** Sexta Livre: Rui Altieri discute passado, presente e futuro do setor elétrico

**PÁG 13** Associada Echoenergia apresenta sua proposta para Segurança de Mercado, que propõe o registro de contratos também pela contraparte compradora

**PÁG 16** Abraceel atua na abertura do mercado de gás no Rio de Janeiro

**PÁG 18** Grupo Técnico discute regras de comercialização para 2022

**PÁG 20** MME busca medidas para acelerar abertura do mercado de gás

**PÁG 22** Abraceel na Mídia

**PÁG 23** Curtas

**PÁG 28** Próxima semana

**PÁG 29** Calendário Abraceel

 Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!



## Abraceel defende liberdade de escolha, mas alguns continuam querendo manter repasse de custos ao consumidor

### Matéria em 1 minuto:

- A liberdade de escolha está atrasada em mais de 18 anos e há seis o Congresso discute os projetos de lei da portabilidade. Ainda assim, há quem diga que a discussão está muito rápida e é preciso ter parcimônia;
- Contrariando políticas de mercado e o cenário mundial de empoderamento do consumidor, há setores que ainda defendem o aumento de subsídios que, no fim das contas, são pagos pelo consumidor final;
- O modelo atual faliu. Aneel e MME precisam assumir a liderança no processo para garantir a coerência técnica das propostas, sem retirar o protagonismo do Congresso.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

A Comissão de Minas e Energia convidou os agentes setoriais para debater o Projeto de Lei 414 de 2021, que cria a portabilidade da conta de luz, garantindo o direito de escolha do fornecedor de energia a todos os brasileiros. O deputado Paulo Ganime (NOVO-RJ) foi o autor do requerimento da audiência que aconteceu na última terça, 28.09, e que teve a participação da Abraceel, representada por Reginaldo Medeiros.

Na sua exposição, Reginaldo destacou a posição histórica da Abraceel de apoio à reforma do setor, consolidando o discurso em três pontos:

- **O modelo atual faliu** e é indutor de ineficiência, pela qual os custos são repassados ao consumidor. É preciso estabelecer um ambiente de competição;
- É preciso que **o MME e a Aneel assumam a liderança** no processo. Não há intenção de retirar o poder do Congresso Nacional, mas é importante se discutir os aspectos técnicos para que a reforma seja coerente; e
- **A reforma é urgente**. Estamos vivendo uma crise energética e a liberdade de escolha do consumidor é a forma de nos prepararmos para que outras crises desse tipo não mais aconteçam.

Agnes Costa, do MME, apresentou o andamento dos trabalhos do Comitê de Implementação da Modernização, ao passo que Júlio Ferraz, da Aneel, expôs a discussão em torno





da Tomada de Subsídios 10, que discute o tema. Outros expositores seguiram na linha da manutenção do modelo atual, com a criação de mais subsídios, o que prejudica, novamente, o consumidor final.

Em algumas exposições, reforçando o total desconhecimento acerca do projeto, muito se falou sobre a falta de conhecimento do consumidor se tivesse liberdade de escolha, o que contraria experiência vivida com a telefonia e o cenário mundial de empoderamento do consumidor, bem como desconsidera que a abertura está condicionada a campanhas de conscientização. Se o consumidor não saberá gerir o que impacta seu próprio bolso, certamente o modelo atual, repassando ineficiências via tarifa, não é a melhor forma.

Em relação à alegada necessidade de cautela quanto à abertura, também vale ressaltar que a Abraceel já divulgou estudo com cronograma de abertura que leva em consideração os contratos legados, e que o PL 414 promove essa abertura de maneira gradual. O Atrasômetro da Liberdade Abraceel ultrapassa a marca de 18 anos, desde que a Lei 9074 deu a diretriz para a abertura do mercado de energia. Há mais de 18 anos nada foi feito. Desde 2015 essa discussão acontece no Congresso e não há resultado. Será que essa discussão está de fato rápida demais ou o cenário de repasse de custos para a tarifa de um consumidor que não tem direito de escolha é mais confortável para alguns agentes setoriais?

A íntegra da audiência está disponível no [Youtube da Câmara dos Deputados](#).

As apresentações realizadas estão [disponíveis aqui](#).

## **Deputado Édio Lopes lê relatório do PL 1917 de 2015**

Ainda na terça-feira, a Comissão Especial do PL 1917 de 2015 se reuniu para leitura do relatório do deputado Édio Lopes (PL-RR) ao projeto de lei em questão. Vale lembrar que, em 2019, o deputado apresentou um relatório ao projeto e, desde então, a comissão não mais se reuniu para discussão da matéria. Passado esse período, após as emendas recebidas, o deputado Édio apresentou novo texto no dia 27.09 e a reunião para sua apreciação foi agendada para o dia seguinte.

Os parlamentares presentes destacaram que a matéria é complexa e de grande relevância para o país. Tendo em vista que o relatório foi disponibilizado com um prazo curto para análise até a reunião, após debate entre os presentes, ficou acertado o seguinte cronograma:

- Nos dias 06 e 19.10, haverá reuniões de discussão técnica sobre o relatório do PL 1917/2015, quando os assessores parlamentares e consultores da Casa poderão oferecer suas contribuições ao texto;





- A partir do dia 20.10, havendo a possibilidade de consolidar um texto para discussão, a comissão irá se reunir para deliberação.

A Abraceel está debruçada na análise do texto e buscará as principais associações do setor para discutir as mudanças.

O relatório está disponível [clcando aqui](#).



## Reunião do Conselho: prorrogado o prazo para aderir à ação judicial da CDE

### Matéria em 1 minuto:

- Wolmar Esteves, do Escritório Bichara, apresentou parecer jurídico sobre as alterações de tributação de ICMS nas operações do ACL realizadas pelo Decreto 65.823/2021 do Estado de São Paulo;

- Em mais uma reunião ordinária, o Conselho da Abraceel postergou o prazo para que as associadas interessadas confirmem seu ingresso na ação judicial sobre exclusão dos consumidores do ACL do bônus de outorga das novas concessões da Eletrobras;

- Na AGE para deliberar sobre alterações no Estatuto, as associadas votarão sobre a criação da figura do conselheiro independente e sobre a candidatura ao Conselho de empresa filiada há pelo menos um ano à Abraceel.



Tempo de leitura:

**2 minutos**

O Conselho da Abraceel realizou mais uma reunião ordinária, no dia 30.09, aberta à participação das associadas, para discutir a agenda que segue:

### **Tributação de ICMS nas operações do ACL realizadas pelo Decreto 65.823/2021 do Estado de São Paulo**

Wolmar Esteves, do Escritório Bichara, participou da reunião para apresentar o parecer jurídico elaborado sobre o tema. O documento inicia apresentando um breve histórico da discussão que remonta ao ano de 2009, quando a Abraceel propôs uma ADI ao STF. Em seguida, o parecer elenca os argumentos que contestam o Decreto emitido pela Sefaz/SP, cuja vigência foi postergada.

Para tanto, o parecer esclarece que não deve existir tributação nas operações entre comercializadoras, dado que o fato gerador do ICMS é o consumo, e prevê duas alternativas com vistas ao melhor entendimento da futura norma: (i) a eleição do consumidor final conectado diretamente à Rede Básica como contribuinte responsável pelo efetivo destaque e recolhimento do ICMS incidente sobre o consumo da energia elétrica adquirida em ambiente de comercialização livre; e, para os demais casos, (ii) a eleição do comercializador que realizar a venda para o consumidor final como contribuinte responsável pelo efetivo destaque e recolhimento do ICMS incidente sobre esse último elo do consumo da energia elétrica.



**Próximos passos:**

O parecer foi encaminhado à Sefaz, com reforço do pedido de reunião para discussão do tema. A Abraceel também se colocará à disposição para auxiliar na redação de eventuais aprimoramentos normativos necessários. Por ora, a Abraceel não ingressará com ação judicial, permanecendo na busca por entendimento com a Sefaz.

**AGE para deliberar alterações no Estatuto dia 21.10 às 9h30**

Reginaldo Medeiros apresentou o histórico da discussão acerca de mudanças estatutárias, que vem sendo realizada desde março. No próximo dia 21, as associadas vão deliberar sobre duas propostas de alteração no Estatuto Social da Abraceel:

- Deve ser criada a figura do Conselheiro Independente, escolhido pelos oito conselheiros eleitos pelos associados, nos termos da nova redação do Estatuto Social enviado a todos previamente?
- Para se candidatar ao Conselho de Administração da Abraceel, a empresa associada deve ter, pelo menos um ano de filiação à Abraceel, de acordo com a nova redação do Estatuto Social, enviado a todos previamente?

Durante a reunião, a discussão sobre o voto de minerva do presidente do Conselho não seguiu adiante. A redação permanecerá como consta no Estatuto atual, independente da criação ou não da figura do conselheiro independente.

A convocação, bem como as propostas de alteração na redação, será encaminhada às associadas nos próximos dias. A Assembleia seguirá os moldes da eleição do Conselho, isto é, com uma empresa especializada em deliberação virtual, com sistema próprio que garantirá o sigilo e a legitimidade dos votos. A empresa será a mesma: Eleja Online. Os dados de acesso serão enviados aos representantes das associadas, a quem cabe a transferência dos dados em caso de enviar procurador no seu lugar no dia da votação.

**Informações sobre Ação Judicial para inclusão do bônus de outorga da Eletrobras**

O conselheiro Paulo Tarso, que conduziu a reunião em virtude da ausência do presidente Ricardo Lisboa, fez um apelo para as associadas ingressarem na ação judicial, em especial, devido à redução de custos advinda do ingresso da Abrace no pleito. Com esse fim, sugeriu estender o prazo de ingresso para a próxima quarta, 06.10, o que foi aprovado pelos demais conselheiros. Assim sendo, as empresas interessadas em aderir ainda podem formalizar seu ingresso.





## Planejamento Estratégico: está chegando! Reservem suas agendas

Donato Filho, da Volt Robotics, apresentou a proposta de condução dos trabalhos da Abraceel. Pedimos para salvar nas agendas as seguintes datas:

### 15.10 - 10h às 13h

#### **Workshop “Seca e Mudanças Climáticas”:**

- Objetivo: oportunidades para agregar resultados com a seca

#### **Sextou no SWOT:**

- Objetivo: apresentar e discutir os insights coletados nos calls individuais com as associadas, validar forças e fraquezas da Abraceel, etc.

### 21.10 (após a AGE sobre o Estatuto Social) e 22.10 às 10h

- Objetivo: Debate e consolidação das prioridades para PE 2022/2025

Donato destacou que seria enviado um questionário para as empresas associadas com vistas a colher as percepções sobre a manutenção das bandeiras atuais. As associadas podem responder até o dia 04.10. Outro questionário também será enviado às instituições setoriais para colher insights para o planejamento da Abraceel.

## Calendário da Abraceel: último trimestre será animado

Reginaldo Medeiros fez um destaque para as atividades previstas para o último trimestre da Abraceel. Sobre a realização da tradicional confraternização anual, os conselheiros optaram por suspendê-la mais um ano, para garantir a segurança de todos. Dada a sinalização da realização presencial do Encontro Anual do Mercado Livre de 25 a 27 de novembro, a Abraceel ainda realizará sua AGO como previsto no calendário inicial, entretanto totalmente virtual. Informações serão detalhadas em breve. Fique ligado nos próximos eventos:

<b>05.10 - 15h</b> Reunião com Agnes Costa e Associados (MME)	<b>08.10 - 10h</b> Workshop Abraceel sobre Gestão de risco	<b>14.10 - 10h</b> Workshop Estudo PSR	<b>15.10 - 10h às 13h</b> Warm up planejamento + Sextou no SWOT
<b>19.10</b> Reunião do Conselho	<b>21.10 - 9h30 às 12h30</b> AGE + Reunião de planejamento	<b>22.10 - 10h às 12h</b> Reunião de planejamento	<b>25 a 27 de novembro</b> Encontro Anual do Mercado Livre
<b>25.11</b> AGE para aprovação do planejamento e orçamento			





## Acompanhamento das Metas

O diretor Bernardo Sicsú fez um breve acompanhamento das metas para finalizar a reunião. O destaque esteve nos avanços da pauta da portabilidade no Congresso Nacional. Sobre segurança de mercado, o conselheiro Alessandro de Brito Cunha ponderou a importância de as associadas enviarem contribuições à proposta da Abraceel sobre monitoramento de alavancagem, com base nas simulações feitas com [o sistema "Stress Test Runner"](#) desenvolvido pela Volt Robotics e Eleкто para simulações do cálculo do risco e dos fatores de alavancagem pelas associadas. Sobre outros mercados, Bernardo anunciou que a Abraceel deverá fechar mais uma parceria com a BBCE para o desenvolvimento de outro e-book sobre derivativos.

**Para mais detalhes, disponibilizamos a apresentação na área restrita do associado em “Apresentações Exclusivas”.**



## Sexta Livre: Rui Altieri discute passado, presente e futuro do setor elétrico

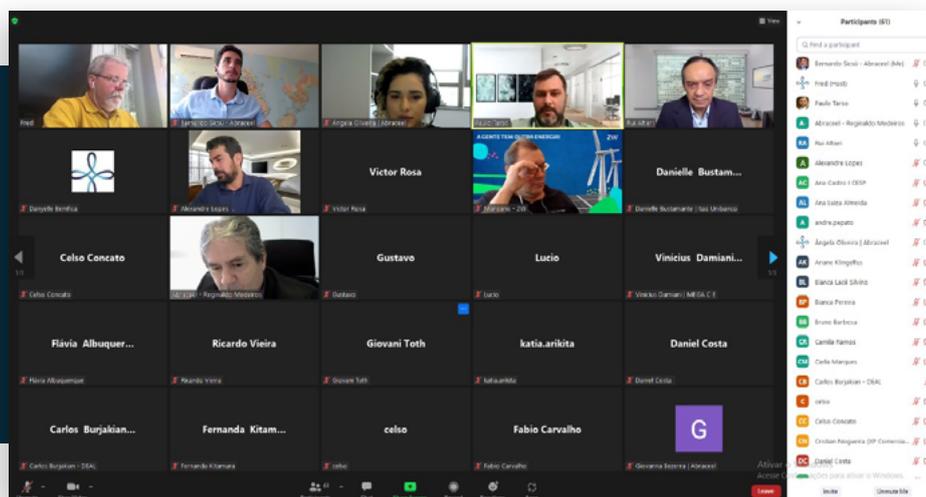
### Matéria em 1 minuto:

- CCEE enviou primeira Nota Técnica ao MME e Aneel para início dos trabalhos para a abertura integral do mercado dentro de uma agenda estabelecida;
- Rui abordou que as bandeiras defendidas pela Abraceel estão em linha com as preocupações que a Câmara tem com o setor elétrico;
- Nosso convidado também se colocou à disposição para nova reunião com as associadas tão logo a Câmara finalize seu processo de planejamento estratégico, a fim de fortalecer o diálogo com o mercado.



Tempo de leitura:  
**3 minutos**

Em mais uma edição da Sexta Livre, no dia 01.10, o presidente do Conselho da CCEE, Rui Altieri, foi o nosso convidado para discutir passado, presente e futuro do setor elétrico. Cerca de 100 representantes de associadas estiveram presentes.



Rui iniciou apresentando os principais números da CCEE, com a previsão de mais de 12 mil associados para janeiro/2022 e 27 mil ativos modelados. Além disso, mais de 45 mil medidores cadastrados e o fechamento de 2021 com quase um milhão de contratos registrados na Câmara.

## **Passado do setor**

Rui Altieiri abordou que os desafios enfrentados pelo mercado no passado envolviam uma matriz com protagonismo de hidrelétricas e apoio de térmicas, as principais contratações ocorriam no mercado regulado, era o início das operações na CCEE e existia uma recém estruturação do setor elétrico no modelo atual.

## **Presente do setor**

O presente do setor, para Rui, é mais animador, pois conta com uma diversidade de players, a diversificação da matriz, com maior presença das fontes renováveis, os consumidores livres com demanda cada vez menor atuam no mercado e a consolidação da CCEE como a “Casa do Mercado”.

Além disso, ressaltou a figura da comunhão de cargas, muito presente nos números atuais da Câmara e a necessidade da quebra das barreiras para uma abertura total do mercado, defendendo que os pequenos consumidores estejam representados por um varejista quando da migração para o mercado livre.

## **Futuro do setor**

Para o futuro, o presidente do Conselho Administrativo da CCEE, abordou que a Câmara contratou dois estudos para o planejamento estratégico interno, para que esteja em linha com as necessidades do mercado.

Abordou que o principal desafio futuro do setor é a liberdade total nas relações comerciais, com a especialização das empresas, a construção de projetos híbridos, a abertura integral do mercado e o desenvolvimento de produtos moldados para os consumidores.

Além disso, trouxe que as cinco atuais bandeiras da Câmara são segurança de mercado, PLD, modernização do setor, mercado de capacidade e formação de preços, as quais estão alinhadas com as bandeiras da Abraceel.

Falou também sobre os interesses diversos dos players dos segmentos de energia, dando destaque aos comercializadores, que devem buscar se moldar ao mercado para atender os pequenos consumidores.

Destacou a ação da CCEE para a abertura de mercado, que já encaminhou uma primeira Nota Técnica para o MME e Aneel, com o intuito de avançar no tema rapidamente, com uma agenda de abertura gradual e contínua. O desejo de Rui é ter uma proposta objetiva com prazos determinados até o final do ano de 2021.

A outra ação de destaque foi em relação à segurança de mercado, tema relevante para a sustentabilidade do setor. Ressaltou que a intenção da Câmara é uma maior interação



com o mercado financeiro, passando por derivativos, produtos financeiros e Clearing House. Porém essa ação é para o longo prazo, visto que a CCEE ainda não possui instrumentos suficientes para atuar com os temas.

Rui Altieri disse que o primeiro obstáculo a ser sanado é o custo da energia, pois a crise hídrica é uma realidade e que, na sua visão, não há solução no curto prazo. Acredita que os preços poderiam ter sido menores se estivéssemos enfrentando a crise com térmicas de boa qualidade e mais baratas.

Abordou a simulação realizada pelo ONS de dois cenários, que contemplam a geração térmica, a importação fora da ordem de mérito, além de ressaltar que o PLD caiu e tende a baixar mais, porém a preocupação continua.

Ao final de sua apresentação, colocou a preocupação para as transformações que o setor está passando e a necessidade de os agentes se prepararem para essa mudança, com uma nova atuação do consumidor e promover uma regulamentação coerente com as mudanças.

A meta da CCEE é propor uma agenda com consenso das Associações para avançar nos temas de maior relevância para os próximos anos, como a separação lastro e energia e o tratamento adequado dos contratos legados, para uma abertura de mercado no máximo em dois anos.

Focou também nos investimentos que a CCEE está realizando na sua plataforma de integração, a qual reduz o custo operacional e faz com que as informações sejam encontradas de maneira adequada.

Em relação à matriz futura, abordou o desafio do planejador de inserir todas as fontes, analisando as vantagens e desvantagens de cada uma. Além de defender leilões de reserva de capacidade.

Reginaldo Medeiros destacou o alinhamento das bandeiras da Abraceel com a CCEE, em especial, no que diz respeito à segurança e abertura de mercado. Frisou que é importante que o mercado tenha uma sinalização de cronograma efetivo para a abertura, para que esteja preparado para o cenário. Se isso não ocorrer, os investimentos serão voltados para outras esferas. Também deixou a Abraceel à disposição como um espaço de diálogo e construção de ideias entre a Câmara e o mercado.



## Avisos

Na ocasião, Paulo Tarso, na função de Presidente do Conselho de Administração da Abraceel substituto, pediu a colaboração das associadas para responderem ao questionário formulado pela Volt Robotics, enviado hoje (01.10), para consolidação das informações para o Planejamento Estratégico da Abraceel.

Além disso, fez um apelo para adesão das associadas à Ação Judicial para inclusão do bônus de outorga da Eletrobras. Ressaltou a importância dessa ação para a isonomia do mercado, tema que a Associação defende arduamente, e lembrou que, caso 50% + 1 das associadas aderirem, os honorários da ação serão absorvidos pelo orçamento da Abraceel e farão parte do planejamento orçamentário para o próximo ano.

Vale ressaltar que, a Abraceel já aderiu à ação e a Anace está analisando. O prazo para adesão vai até quarta-feira (06.10).



## Associada Echoenergia apresenta sua proposta para Segurança de Mercado, que propõe o registro de contratos também pela contraparte compradora

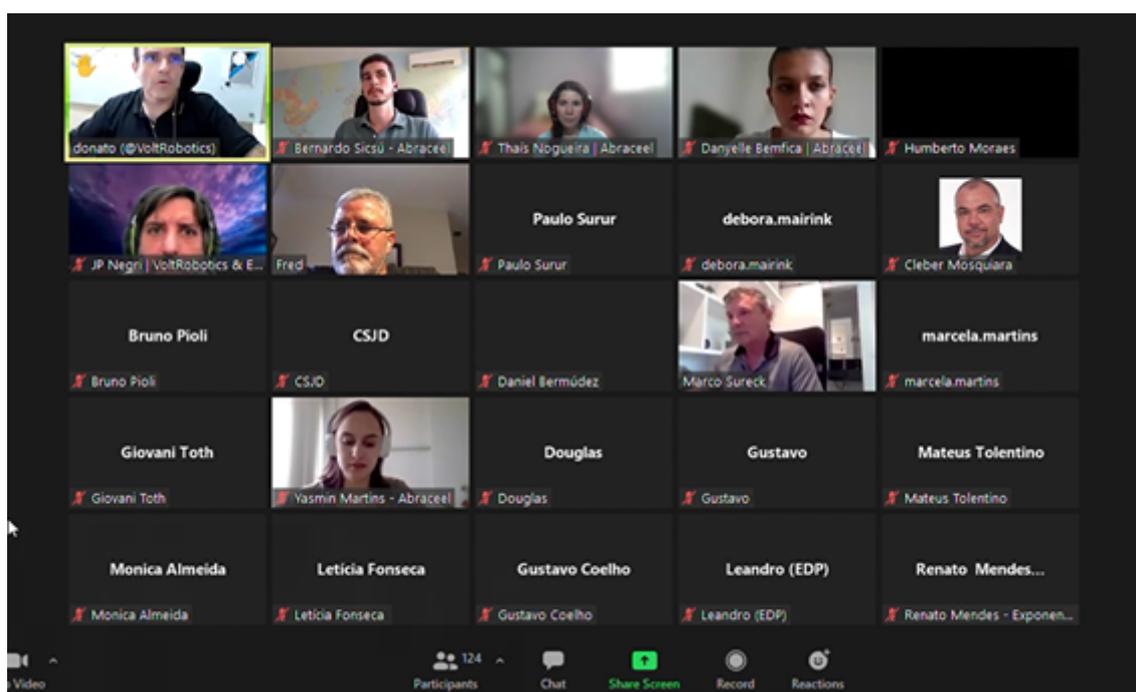
### Matéria em 1 minuto:

- Echoenergia apresentou proposta de estímulos ao registro antecipado dos contratos, com possibilidade de registro por comprador ou vendedor;
- Seria realizada uma etapa de validação desse registro pela contraparte até o sexto dia útil. Caso não ocorra a validação, o registro é extinto;
- Proposta foi encaminhada ao Grupo Técnico e associadas podem se manifestar até 08.10.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

O Grupo Técnico da Abraceel se reuniu, no dia 30.09, para apresentação da proposta da associada Echoenergia para o registro de contratos. Estavam presentes, como convidados, os representantes das empresas Volt Robotics e Elekto, Donato Filho e João Negri, uma vez que as referidas proposições são complementares à proposta Abraceel de monitoramento de alavancagem elaborada com o apoio técnico das duas instituições. O debate acerca do tema está em linha com a bandeira de segurança do mercado do planejamento estratégico da associação.



Frederico Rodrigues abriu a reunião apontando que propostas de associadas, como a que seria abordada no call, enriquecem as discussões e, caso sejam aprovadas pelo Grupo Técnico, são apresentadas a entidades externas.

Em seguida, Marco Sureck, representando a Echoenergia, apresentou sua proposta, ressaltando que a forma atual de registro de contratos não estimula a transparência no mercado de energia. Ao expor o seu ponto, fez uma comparação com a bolsa de valores, em que se requer absoluta transparência. Expôs também o seu entendimento de que apenas a CCEE pode fazer o monitoramento do mercado e que não acredita em uma proposta voluntária dessa prática.

A proposta apresentada por ele é a de estimular o registro antecipado de contratos para todo o período contratual, mediante registro do comprador, que poderia realizar esse ato sempre que desejar. Tal ação não inibiria o vendedor de também fazer o registro, tampouco de questionar o registro feito pelo comprador. Donato e JP Negri expressaram apoio às proposições, indicando que elas aumentariam a visibilidade no mercado. Além disso, na visão da Echoenergia, tal procedimento não afetaria os contratos bilaterais, de forma que o vendedor poderia permanecer validando os contratos após o faturamento bilateral ou apresentação de garantias. O registro da parte compradora, no entendimento de Sureck, não afetaria as garantias e obrigações do contrato.

Em caso de mudança dos montantes acordados dos contratos, Sureck indica que esse contrato deveria ser tratado como novo, a não ser que tais mudanças estejam englobadas na flexibilidade contratual previamente acertada.

As associadas trouxeram comentários em relação a discussões anteriores sobre a declaração de flexibilidades contratuais. Sureck afirmou que tais particularidades deveriam ser avaliadas pela CCEE. Uma preocupação foi expressa de que pudesse ocorrer um registro falso ou equivocado. Elucidou-se que eles apareceriam para o vendedor para que fossem validados e que ele também poderia questioná-los junto à CCEE.

Ademais, foi debatido o “duplo flag” e a obrigatoriedade de registro dos contratos. Levantou-se a visão de que, se alguém precisa refutar um registro junto à CCEE, haveria uma implícita imposição dos registros dos contratos. Em resposta, Sureck indicou que, na proposta apresentada, caso não ocorra a validação pela vendedora até o sexto dia útil, o registro feito pela compradora é extinto. Também se ressaltou a dificuldade que a CCEE teria em penalizar aqueles que não registrassem.

Em outro debate comparando o duplo flag e a proposta em questão no que tange às garantias dos contratos, Bernardo Sicsú disse que a indicação da CCEE para o duplo flag ou clique é que a etapa de validação do contrato ocorreria tão somente após entrega das garantias ou o faturamento bilateral. Assim, teria uma dinâmica similar à da propos-

ta em que há uma etapa inicial restrita ao nível informacional, seguida de uma etapa de validação.

Algumas associadas levantaram a sugestão de que a proposta da Echoenergia fosse complementar à do duplo flag, com o adicional da possibilidade de registro pelo comprador, uma vez que o estímulo de ter o contrato priorizado só seria interessante ao consumidor final.

Bernardo comentou sobre como a área técnica da Aneel expressou preocupação com a questão do registro dos contratos e que estariam avaliando ações para estimulá-los.

João Negri levantou o ponto de que, no mercado financeiro, poucos são os registros encaminhados ao Banco Central e, em geral, contratos ficam registrados junto a uma instituição registradora, como a B3. Além disso, indagou qual seria a visão das associadas se os contratos fossem registrados em uma empresa desse tipo, que já tem sistemáticas de validação do mercado financeiro em ação. Assim, essa registradora reportaria à CCEE tão somente os volumes. Uma das dificuldades apontadas seria a necessidade de os agentes informarem o preço negociado, mas Negri indicou que tal informação não seria de acesso à CCEE, mas só da instituição do mercado financeiro, que teria total sigilo.

Por fim, Bernardo e Frederico reforçaram que propostas advindas de associadas são sempre bem-vindas para serem discutidas. As associadas têm até o dia 08.10 para refletir [sobre a proposta](#) e encaminhar suas considerações.

## Abraceel atua na abertura do mercado de gás no Rio de Janeiro

### Matéria em 1 minuto:

- A Abraceel recomendou à Agenera simplificar a regulamentação e evitar a sobreposição de atividades e competências, dado que a comercialização de gás é de competência federal;
- O Conselheiro relator do tema informou que analisou atentamente os pontos apresentados pela Abraceel e que o processo deverá ser pautado em breve para deliberação de todo o conselho da Agenera;
- Em outubro deve ser divulgado termo de cooperação técnica entre a Agenera e a ANP, o que deverá contribuir para a harmonização entre as regulações federal e estadual.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

No dia 30.09, a Vice-Presidência de Energia da Abraceel se reuniu com o Conselheiro Vladimir Macedo da Agenera, relator do processo referente à Consulta Pública 03/21, que visa regulamentar as condições gerais de atuação do comercializador de gás natural no estado do Rio de Janeiro.



Na ocasião, a Abraceel destacou que o estado do Rio de Janeiro foi um dos percussores da regulação do mercado livre de gás, visando desenvolver com celeridade esse mercado, mas que corre o risco de retroceder, se acatadas algumas das propostas apresentadas na CP 03/21.



Nesse aspecto, a Abraceel apresentou sugestões que objetivam simplificar e desburocratizar o regramento que rege o mercado livre de gás no estado. Em síntese foi recomendado que não é necessário impor na regulação estadual: (i) necessidade de autorização, fiscalização e controle da comercialização pela Agenesra; (ii) cobrança de taxa de fiscalização para atividade de comercialização; (iii) comprovação de contratação de suprimento em volume superior aos previstos nos contratos; (iv) publicação do preço médio de venda do gás pela Agenesra; (v) limitar concentração de mercado; e (vi) exigir que o comercializador tenha sede ou filial no estado. Tudo isso em razão de a comercialização de gás natural ser atividade de competência federal.

O Conselheiro informou que a Agência já finalizou a análise das contribuições recebidas no âmbito da CP 03/21, tendo analisado em detalhes os pontos apresentados pela Abraceel, e o processo deverá ser pautado em breve para deliberação de todo o conselho da Agenesra.

Vladimir externou que durante o processo de análise das contribuições e elaboração de proposta final de regramento buscou contato com a ANP com o objetivo de alinhar entendimento sobre atividades que são de competência estadual e federal, firmando acordo de cooperação técnica.

Nesse sentido, em outubro deve ser divulgado termo de cooperação técnica entre a Agenesra e a ANP, com objetivo dar transparência para a sociedade do seu conteúdo e dos seus objetivos, apesar de já estar funcionando na prática.

Por fim, a Abraceel parabenizou as iniciativas do Conselheiro, pois, em linha com o princípio de racionalidade, buscou alinhamento e cooperação com a ANP, essencial para o desenvolvimento do mercado de gás natural, devendo servir de exemplo aos demais reguladores estaduais.



## Grupo Técnico discute regras de comercialização para 2022

### Matéria em 1 minuto:

- Principal ponto de preocupação é a proposta da Aneel de condicionar a realização dos produtos mensais e plurianuais do MVE à conclusão das regras de repasse tarifário da sobrecontratação;
- Abraceel pleiteia alterações dos produtos no MVE desde junho de 2020, fundamental para o equilíbrio entre os mercados e abertura do setor;
- Consulta pública discute ainda o tratamento do fim do desconto na TUSD/TUST, retirada da possibilidade de declaração de lastro para o 1º ano de operação comercial para usinas sem Garantia Física, desconsideração da inflexibilidade no custo de descolamento e autoprodutor modelado sob varejista;
- Abraceel enviou minuta de contribuição para que as associadas se manifestem.



Tempo de leitura:  
**1 minuto**

No dia 28.09, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir a Consulta Pública 55/2021 da Aneel, que diz respeito à regras de comercialização para 2022.



Em junho de 2020, após pleito da Abraceel, a Aneel propôs a criação de produtos mensais e plurianuais no Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE. Por meio da Resolução Normativa 904, foi estabelecido que a operacionalização desses novos produtos deveria ser realizada até 1º de dezembro de 2021, para adaptação dos sistemas da CCEE.

Já em maio deste ano, a Abraceel pediu a realização do produto 2022 do MVE, o que ocorreu em 27.07, por meio de processamento extraordinário. Porém a área técnica da

Aneel julga adequado que produtos mensais e plurianuais não sejam ofertados enquanto não houver definição dos critérios de repasse tarifário no PRORET, tema em discussão na Audiência Pública 25/2019.

Esse é o principal ponto de preocupação na consulta pública de Regras 2022. Na visão da Abraceel, a operacionalização de novos produtos para o MVE é medida aguardada pelo mercado e que amplia as possibilidades de negociação do mecanismo, por isso não deve ser adiada indeterminadamente em função de outra discussão, sob pena de prejudicar a eficácia de importante mecanismo de gestão contratual.

Além disso, discussões em consultas públicas que tratam de Regras de Comercialização apenas deveriam detalhar comandos operacionais, não alterar comandos hierarquicamente superiores, como Resoluções Normativas. O Grupo Técnico da Abraceel concordou com esses posicionamentos, que constam da minuta de contribuição enviada às associadas.

A Abraceel, ao final, lembrou que já realizou reunião com o Diretor da Aneel Hélio Guerra para pedir celeridade na decisão da AP 25/2019, sendo fundamental sua deliberação para aumentar a eficácia do MVE. A íntegra da apresentação se encontra no site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.

## MME busca medidas para acelerar abertura do mercado de gás

### Matéria em 1 minuto:

- Marco Fidelis, do MME, apresentou os temas para os quais o Ministério esperava contribuições e destacou que a interconexão entre os gasodutos GASCAV e GASDUC III e a interconexão entre o Trecho Sul do GASBOL e o Trecho 3 do Gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre são providências anteriores necessárias para o novo mercado de gás, que pressupõe um sistema de transporte integrado;
- A coordenação do Fórum do Gás demonstrou preocupação com a demora no avanço de questões centrais para o novo mercado de gás, como obrigações do TCC, regulação federal e harmonização entre os estados, ressaltando a urgência no avanço das discussões;
- O MME ressaltou que é preciso buscar maior interação entre distribuidoras e transportadores para que “a rede funcione como rede” e que estão discutindo a definição de um contrato padrão de uso para facilitar o acesso ao sistema.

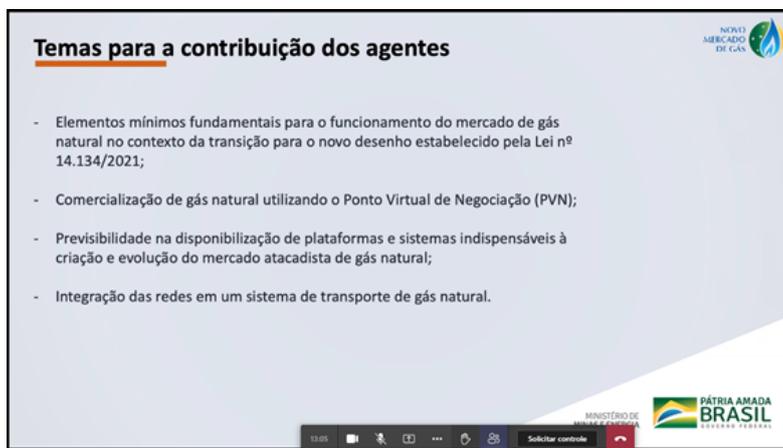


Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Em 29.09, a coordenação do Fórum do Gás se reuniu com o Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN) para tratar das medidas de transição para o novo mercado de gás. O CMGN conta com participação do MME, Casa Civil, Ministério da Economia, ANP, EPE e CADE. A Abraceel foi representada por Bernardo Sicsú.

O coordenador-geral do Departamento de Gás Natural do Ministério de Minas e Energia, Fernando Matsumoto, destacou que o Comitê avalia revisar algumas normas, incluindo a Resolução CNPE 16/2019, que estabelece as diretrizes do novo mercado de gás, de forma a viabilizar o mercado que se quer no menor tempo possível.

Em seguida, Marco Fidelis, do MME, apresentou os temas para os quais



**Temas para a contribuição dos agentes**

- Elementos mínimos fundamentais para o funcionamento do mercado de gás natural no contexto da transição para o novo desenho estabelecido pela Lei nº 14.134/2021;
- Comercialização de gás natural utilizando o Ponto Virtual de Negociação (PVN);
- Previsibilidade na disponibilização de plataformas e sistemas indispensáveis à criação e evolução do mercado atacadista de gás natural;
- Integração das redes em um sistema de transporte de gás natural.

Logos: NOVO MERCADO DE GÁS, PÁTRIA AMADA BRASIL, MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

o Ministério esperava contribuições e destacou que a interconexão entre os gasodutos GASCAV e GASDUC III e a interconexão entre o Trecho Sul do GASBOL e o Trecho 3 do Gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre são providências anteriores necessárias para o novo mercado de gás, que pressupõe um sistema de transporte integrado.

A coordenação do Fórum do Gás demonstrou preocupação com a demora no avanço de questões centrais para o novo mercado de gás, como obrigações do TCC, regulação federal e harmonização entre os estados, ressaltando a urgência no avanço das discussões. Em seguida, apresentou suas contribuições, destacando cinco elementos mínimos à transição:

1. Dimensão da Capacidade de Transporte;
2. Coordenação Regulatória entre Transporte e Distribuição;
3. Serviços de Flexibilidade;
4. Serviços de Backup; e
5. Desconcentração da Oferta.

O Fórum apontou também para a importância das plataformas de balanceamento, integração das redes de transporte e definição de um cronograma para aplicação gradual das mudanças, ressaltando que informação e previsibilidade são pré-condições para tomada de decisão dos agentes com mínima segurança.

Os membros do CMGN agradeceram a apresentação do Fórum, ressaltando a profundidade técnica das contribuições.

O MME ressaltou que é preciso buscar maior interação entre distribuidoras e transportadores para que “a rede funcione como rede” e que estão discutindo a definição de um contrato padrão de uso para facilitar o acesso ao sistema.

O Ministério ressaltou ainda que devem ser observadas as preferências dos agentes de mercado na adequação dos contratos de transporte, principalmente da ótica de quem vai contratar a saída, e que estão atentos à preocupação quanto à possível criação de contratos legados que possam vir a prejudicar ainda mais a abertura.

A ANP apontou que as incertezas são intrínsecas ao momento atual do mercado, que não será possível endereçar todos os problemas, mas que o regulador está aberto e tem se reunido com os interessados em migrar para o mercado livre, na tentativa de viabilizar as operações.

A apresentação do Fórum do Gás e a contribuição por escrito entregue ao CMGN estão disponíveis na área do associado: [Apresentação](#) e [Contribuição](#).





# ABRACEEL NA MÍDIA



**REPRESENTANTES DO SETOR ELÉTRICO DIVERGEM SOBRE NOVO MARCO LEGAL DO SETOR | Câmara dos Deputados**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



**MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO SOFRE RESISTÊNCIA E CONGRESSO BENEFICIA INTERESSES SETORIAIS | Folha de São Paulo**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



**CONFIRA A PARTICIPAÇÃO DA ABRACEEL NA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O PROJETO DE LEI 414 | Redes Abraceel**

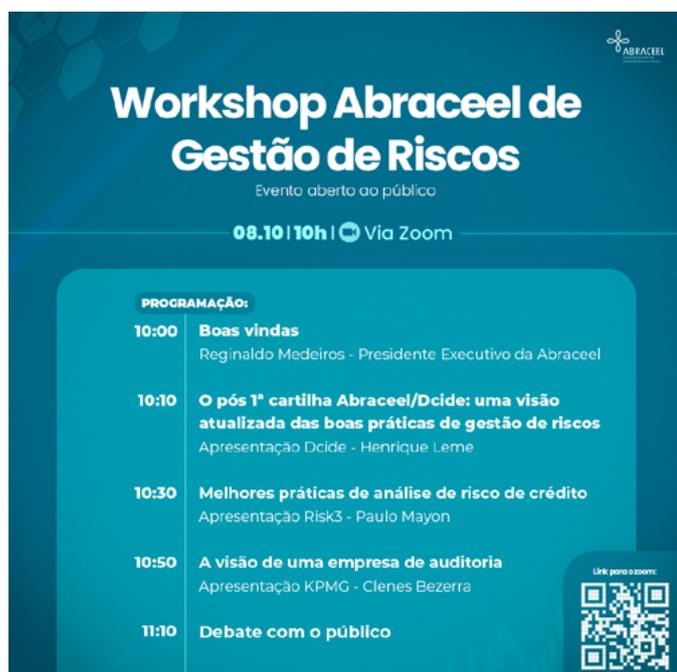
[Acesse o post clicando aqui.](#)





## CURTAS

### Abraceel realiza Workshop de Gestão de Riscos



**Workshop Abraceel de Gestão de Riscos**  
Evento aberto ao público  
08.10 | 10h | Via Zoom

**PROGRAMAÇÃO:**

10:00	<b>Boas vindas</b> Reginaldo Medeiros - Presidente Executivo da Abraceel
10:10	<b>O pós 1º cartilha Abraceel/Dcide: uma visão atualizada das boas práticas de gestão de riscos</b> Apresentação Dcide - Henrique Leme
10:30	<b>Melhores práticas de análise de risco de crédito</b> Apresentação Risk3 - Paulo Mayon
10:50	<b>A visão de uma empresa de auditoria</b> Apresentação KPMG - Clenes Bezerra
11:10	<b>Debate com o público</b>

Link para o zoom: 

Você é nosso convidado para participar do nosso Workshop sobre Gestão de Riscos. O evento acontecerá no dia 08.10, às 10h, e será aberto ao público. Como expositores, teremos a Dcide, Risk3 e KPMG, conforme a programação aqui mostrada. O evento ocorrerá na plataforma Zoom e poderá ser acessado pelo QR Code na tela. Contamos com a participação de todos!

### Abraceel participa de reunião do Coinfra

No dia 29.09, a Abraceel esteve presente na 8ª reunião do Conselho Temático de Infraestrutura da CNI (Coinfra), que contou com a participação de Edvaldo San-

tana, ex-diretor da Aneel, para debater a crise hídrica e energética. Edvaldo abordou o racionamento de 2001, suas causas e consequências para a época, além da crise atual e as medidas adotadas pelo Governo Federal. Reforçou que o problema é relacionado à operação do sistema, onde os modelos não conseguem espelhar a realidade.

Questionado por Reginaldo Medeiros sobre quais medidas tomaria em face da crise hídrica, se tivesse o poder do Presidente da República, Edvaldo respondeu que a primeira medida seria a abertura total do mercado, pois faz com que as decisões dos vendedores de energia sejam mais racionais. Além disso, reforçou a importância dessa abertura e da rapidez para promover a modernização do setor, que não deveria passar de 2023.

### Abraceel e CCEE conversam sobre alterações nas vazões defluentes de Jupiá e Porto Primavera e previsibilidade no cálculo do PLD

Após solicitações das associadas, a Vice-presidência de Energia da Abraceel se reuniu com o Gerente Executivo de Preços, Modelos e Estudos Energéticos da CCEE, Rodrigo Sacchi, e o Gerente de Preços, Humberto Alencar, para tratar da última informação sobre as alterações das vazões defluentes de Jupiá e Porto Primavera e sua previsibilidade no cálculo do PLD. No dia 24.09, o ONS enviou carta aos concessionários dessas usinas, na qual solicitou que as vazões fossem reduzidas

para valores inferiores a 3.900 m<sup>3</sup>/s para Porto Primavera e 3.700 m<sup>3</sup>/s para Jupiá. A CCEE informou que, caso os agentes declarem ao longo de outubro as novas vazões reduzidas, a informação não será enquadrada na previsibilidade do cálculo do PLD. Segundo a CCEE, todo o rito administrativo que permitia aos concessionários praticarem vazões reduzidas já foi cumprido, e a autorização para redução já havia sido dada pelos órgãos competentes. Assim, a CCEE considera que não será necessária anuência ou autorização adicional, por julgar tratar-se de uma relação ordinária entre ONS-agentes em relação à política operativa, e por isso, não seria enquadraria na previsibilidade do cálculo do PLD. A CCEE também apontou que avalia abrir um GT específico de dados e representação das UHEs nos modelos no âmbito do Comitê CMO-PLD, considerando o elevado número de alterações em restrições hidráulicas que vêm se verificando. Ao final, a Abraceel reforçou a necessidade de revisão da REN 843/2019 sobre a governança do PLD para mitigar conflitos de interpretação, necessidade com a qual a CCEE concorda.

## Abraceel se reúne com a Lemon Energia

A startup Lemon Energia apresentou o conceito de Open Energy para a Vice-Presidência de Energia da Abraceel no dia 28.09. O Open Energy se baseia na visão de que os dados de consumo são de propriedade do consumidor e devem estar disponíveis em plataformas para consulta dos interessados, advindo de

uma adaptação do tipo Open Banking. Assim, propõe a uniformização e disponibilização dos dados de consumo de energia elétrica em aplicativos. Tal proposta abre diversas possibilidades de aplicação, como por exemplo programas de resposta da demanda mais eficientes, que poderiam até mesmo utilizar a gamificação para estimular adesão.



## Workshop GT Metodologia CPAMP

No dia 06.10, às 9h, acontecerá [workshop](#) do GT Metodologia da CPAMP, que tem o objetivo de apresentar o andamento das atividades do Ciclo de Trabalho 2021/2022, em especial os resultados da análise de convergência e critérios de paradas do modelo NEWAVE, refletir sobre as contribuições do 2º Workshop e trazer as propostas de premissas para as análises de back-tests e simulações prospectivas a serem realizados durante o ciclo.

Detalhes do Evento	
9:00	Abertura da reunião
9:10	Apresentação das atividades do ciclo 2021/2022
9:50	Dúvidas, contribuições e comentários dos participantes
10:50	Encerramento

## Petrobras – Nova seção do site dedicada ao mercado de gás

A Petrobras anunciou a criação de [novo ambiente no site](#) corporativo da empresa, dedicado exclusivamente ao mercado de gás natural, que consolida conteúdos sobre suas ações no âmbito da abertura do mercado de gás brasileiro, incluindo o andamento dos compromissos firmados com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

## Contribuição Abraceel – TS 013/21 ANEEL

A Abraceel enviou [contribuição](#) à Tomada de Subsídios 013/21 ANEEL, que discute a Agenda Regulatória da Agência para o Biênio 2022/2023. A associação contribuiu como solicitado, ao atribuir notas às atividades vigentes que devem ser priorizadas conforme as bandeiras do planejamento estratégico e propôs duas novas atividades: (i) aprimoramento do monitoramento das operações comerciais (alavancagem); e (ii) aperfeiçoamento do processo de migração ao ACL.

## BF Capital convida Abraceel para reunião

Em reunião com a Abraceel no dia 29.09, o time da BF Capital apresentou o modelo de negócios da empresa - uma assessoria independente e estratégica na viabilização de projetos - com foco em infraestrutura, atuando tanto no setor de energia, como transporte, saneamento e óleo e gás.



## Consultas públicas sobre o Leilão nº 11/2021

Foram abertas duas consultas públicas sobre o Leilão de Reserva de Capacidade de 2021, que está previsto para ocorrer no dia 21.12. O período de contribuição vai do dia 29.09 até 19.10. A [CP 061/21](#) visa obter subsídios para o aprimoramento da proposta de regulamentação da contratação de Reserva de Capacidade na forma de potência. A [CP 063/21](#) tem como objetivo obter contribuições para a elaboração do Edital e Anexos do leilão. Uma novidade nesse certame é que o produto Energia terá a possibilidade de ser negociado tanto no ACR quanto no ACL. Mais informações em: <https://bit.ly/2XZ24R3>.

## Carta ao ONS – Mudanças de cotas de UHEs

A Abraceel enviou [carta ao ONS](#) para manifestar preocupação sobre a flexibilização dos níveis mínimos das UHEs no modelo Decomp e seu acoplamento na cadeia de modelos. O principal ponto em discussão é se o acoplamento dos modelos não deveria ser preservado, de forma a garantir que a solução obtida seja mais coerente com a realidade que se deseja representar. Além da reflexão apresentada na carta, foi sugerida ao ONS a realiza-

ção de reunião, para que se possa realizar uma discussão mais aprofundada do tema com as associadas da Abraceel.

## Comercializador Independente de Etanol

No dia 30.09, a Diretoria Colegiada da ANP deliberou acerca da venda direta de etanol entre o produtor e o revendedor varejista, por meio de nova figura no setor de etanol, o distribuidor vinculado, tema objeto da Consulta Pública 17/20. Cabe lembrar que a Abraceel apresentou na referida discussão pública proposta para implementação do comercializador independente de etanol, que, em síntese, propõe que seja retirado o vínculo societário do comercializador com os produtores, com possibilidade de atuação independente desse agente no atacado de etanol anidro e hidratado. Na reunião, a Diretoria da ANP deliberou pela aprovação da figura do distribuidor vinculado para realização da venda direta de etanol. Por outro lado, o Colegiado entendeu que a proposta da Abraceel sobre o comercializador independente estava fora do escopo original da CP 17/20 e, por isso, aprovou abertura de consulta e audiência pública para debater especificamente o tema, por 45 dias, precedida de análise, pela área técnica, de eventual necessidade de elaboração de AIR. Logo, a Abraceel atuará novamente nas AP e CP a serem abertas para implementação do comercializador independente de Etanol.



## Agnes discutirá modernização com associadas da Abraceel

Na próxima terça-feira, 05.10, às 15h, Ag-



nes Costa, Chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios do MME, conversará com as associadas da Abraceel sobre os avanços da modernização e suas perspectivas para o período 2022/2024, via Zoom. As informações de acesso foram enviadas por e-mail.

## Parcelamento de valores decorrentes do GSF

O Conselho de Administração da CCEE decidiu nesta semana pela aprovação das condições de parcelamento de valores decorrentes da repactuação do risco hidrológico, com destaque para: (i) parcelamento em até 12 parcelas, vincendas nas datas mensais de liquidação financeira do MCP; (ii) juros de 1% ao mês sobre o saldo devedor, com atualização monetária pela variação positiva do IGP-M/FGV, sendo utilizada a metodologia SAC para cálculo de cada parcela; (iii) possibilidade de pagamento antecipado total ou parcial da dívida a qualquer momento, visando a redução proporcional da aplicação de juros e atualização monetária, desde que haja a formalização do pedido à CCEE até o 17º dia útil do mês seguinte ao de referência e o caucionamento do valor que se pretende antecipar na conta custódia; e



(iv) eventuais créditos obtidos pelo agente na contabilização do MCP serão utilizados, prioritariamente, para abater o valor da parcela do mês, incluídos os juros moratórios e a atualização monetária. Restando créditos, esses serão usados para reduzir o saldo devedor do parcelamento.



 **PRÓXIMA  
SEMANA**

**05.10 – Terça-feira:** Agnes Costa, Chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios do MME, conversa com associadas da Abraceel sobre os avanços da modernização do setor elétrico, às 15h, via Zoom. Os dados de acesso serão enviados por e-mail.

**06.10 – Quarta-feira:** Abraceel participa do Workshop do GT Metodologia da CPAMP, que apresentará o andamento das atividades do Ciclo de Trabalho 2021/2022, às 9h;

Reginaldo Medeiros participa da 9ª Reunião Ordinária da Divisão de Energia do FIESP/Deinfra, para debater agenda do mercado, às 10h;

Alexandre Lopes e Ângela Oliveira participam de encontro de relacionamento com o jornal O Globo, às 14h, e com o Correio Braziliense, às 15h30.

**08.10 – Sexta-feira:** Abraceel realiza Workshop de Gestão de Riscos com a participação de representantes da Dcide, Risk3 e KPMG, às 10h. O evento é aberto ao público e as informações de acesso foram enviadas por e-mail.



# CALENDÁRIO ABRACEEL

## Outubro

**05.10** – 15h: Reunião com Agnes Costa e Associados (MME)

**08.10** – 10h: Workshop Abraceel sobre Gestão de risco

**14.10** – 10h: Workshop PSR

**15.10** – 10h: Warm up do Planejamento + Sextou SWOT

**19.10** – Reunião do Conselho

**21 e 22.10** – Assembleia para deliberar sobre alterações no estatuto social da Abraceel e Planejamento Estratégico

## Novembro

**25.11** – AGE para aprovação do planejamento e orçamento

**25 a 27.11** – Encontro Anual do Mercado Livre

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.

